

YASCHA MOUNK

A ARMADILHA DA IDENTIDADE

UMA HISTÓRIA DAS IDEIAS
E DO PODER EM NOSSO TEMPO



SUMÁRIO

PREFÁCIO

O NERVO DA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA	15
---	----

INTRODUÇÃO

A ISCA E A ARMADILHA	25
Os Riscos São Altos	29
A Síntese de Identidades	33
A Isca.....	35
A Armadilha.....	38
Por que a Armadilha da Identidade Merece Ser Pensada (e Escrita)	42
A Grande Fuga	45

PARTE I

AS ORIGENS DA SÍNTESE DE IDENTIDADES	49
--	----

1	PARIS PÓS-GUERRA E O JULGAMENTO DA VERDADE	51
	A Falsa Promessa do Progresso	53
	A Rejeição da Identidade.....	58
	Recusa da Política	60
2	O FIM DO IMPÉRIO E A ADOÇÃO DO “ESSENCIALISMO ESTRATÉGICO”	63
	Lutar contra o Poder (das Palavras).....	65
	Trazendo a Política de Volta	67
	O Acolhimento do Essencialismo Estratégico.....	69
3	A REJEIÇÃO AO MOVIMENTO PELOS DIREITOS CIVIS E O SURGIMENTO DA TEORIA CRÍTICA DA RAÇA	73
	O Argumento de Derrick Bell contra a Dessegregação	76
	A (Suposta) Permanência do Racismo.....	79

	A Invenção da Interseccionalidade	82
	A Interseccionalidade Ganha Vida Própria	85
4	A SÍNTESE DE IDENTIDADES	89
	Os Principais Temas da Síntese de Identidades	91
	1. Ceticismo sobre a verdade objetiva.....	92
	2. Análise do discurso para fins políticos.....	93
	3. Reforçando a identidade.....	94
	4. Pessimismo orgulhoso	96
	5. Legislação sensível à identidade	97
	6. O imperativo da interseccionalidade.....	98
	7. Teoria do ponto de vista	99
	Cuidado com o que Você Deseja.....	100
PARTE II		
	A VITÓRIA DA SÍNTESE DE IDENTIDADES.....	105
5	A SÍNTESE DE IDENTIDADES VIRA <i>MAINSTREAM</i>	109
	Como uma Plataforma Esquecida Ajudou a Dar à Luz uma Nova Cultura Política.....	111
	Novas Plataformas de Mídia Acolhem a Ideologia do Tumblr	114
	A Transformação do <i>Mainstream</i>	117
	O Grande “Despertar”	120
6	A CURTA MARCHA PELAS INSTITUIÇÕES	125
	O Campo de Treinamento	127
	A Síntese de Identidades Domina as Organizações sem Fins Lucrativos.....	130
	A Síntese de Identidade Chega ao Alto Escalão.....	136
7	DESACORDO DESENCORAJADO	143
	Uma Ortodoxia de Identidades Desce sobre as Instituições Progressistas.....	145
	Pressão dos Pares e a Radicalização de Grupos.....	148
	Os Executores Intelectuais da Ortodoxia Identitária	153

PARTE III

AS FALHAS DA SÍNTESE DE IDENTIDADES	159
8 COMO NOS ENTENDEREMOS	163
As Origens da Teoria do Ponto de Vista	166
Por que a Teoria do Ponto de Vista É Má Filosofia.....	168
Por que a Teoria do Ponto de Vista Conduz a uma Má Política.....	172
Somente a Empatia Duramente Conquistada Pode Fundamentar uma Solidariedade Real	175
9 AS VANTAGENS DA INFLUÊNCIA MÚTUA.....	179
Como a Esquerda Passou a se Preocupar com a Apropriação Cultural	181
Os Problemas com a “Apropriação Cultural”.....	184
O Problema da Propriedade Original	185
O Problema da Associação Grupal	187
Uma Maneira Melhor de Expressar o que Está Errado	189
10 FALE LIVREMENTE.....	195
As Raízes da Rejeição “Progressista” da Liberdade de Expressão	200
Por que Restringir a Fala É Tão Perigoso.....	203
Empoderando os Poderosos	205
Aumentando o Risco das Eleições	207
Fechando a Válvula de Segurança.....	208
Princípios de Livre Expressão para uma Sociedade Livre ..	209
O Governo Não Deve Ter o Direito de Prender Você por Aquilo que Diz.....	211
Deve Haver Limites ao Poder de Instituições Privadas de Censurar o Debate Político	212
Construir uma Cultura de Liberdade de Expressão	215
11 O ARGUMENTO A FAVOR DA INTEGRAÇÃO	221
O Surgimento do Separatismo Progressista.....	223
Os Progressistas que Defendem a Identidade Branca	227

	O que a Ciência Social Pode nos Ensinar sobre como Promover Empatia e Coesão.....	229
	O Ser Humano É Inerentemente Grupal.....	230
	A Promessa do Contato entre Grupos.....	231
	Quando o Contato entre Grupos Funciona (E Quando Não Funciona).....	232
	Por que as Práticas Propostas pelos Separatistas Progressistas São Contraproducentes.....	233
	Por que Incentivar Brancos a Abraçar a Raça Provavelmente Dará Errado.....	236
	O Argumento a Favor da Integração.....	239
12	O CAMINHO PARA A IGUALDADE.....	245
	O Surgimento da Equidade e a Aceitação de Políticas Públicas Sensíveis à Identidade.....	249
	A Diferença entre Ser Cego para a Raça e Ser Cego para o Racismo.....	253
	Políticas Neutras em Relação à Raça Podem Ajudar a Combater a Desigualdade Racial.....	255
	Por que a Equidade Falha na Teoria.....	258
	Por que a Equidade Falha na Prática.....	260
	Imperfeito, Excepcional e Raro.....	263
13	RACISMO ESTRUTURAL, GÊNERO E MERITOCRACIA.....	269
	Racismo Estrutural.....	270
	Sexo, Gênero e o Debate sobre os Direitos Transgêneros ...	272
	Meritocracia.....	275
PARTE IV		
	EM DEFESA DO UNIVERSALISMO.....	281
14	UMA RESPOSTA À SÍNTESE DE IDENTIDADES.....	285
	O Cerne do Argumento contra o Liberalismo.....	286
	A Resposta Liberal à Síntese de Identidades.....	290

15	UMA BREVE DEFESA DA ALTERNATIVA LIBERAL	299
	Os Princípios Essenciais do Liberalismo.....	301
	Por que os Princípios Fundamentais do Liberalismo Ajuda a Criar Sociedades Prósperas	304
	O Sucesso das Democracias Liberais.....	307
CONCLUSÃO		
	COMO ESCAPAR DA ARMADILHA DA IDENTIDADE	311
	Três Futuros Possíveis para a Armadilha da Identidade ..	314
	Como Argumentar contra a Armadilha da Identidade	318
	1. Reivindique a posição moralmente superior	319
	2. Não vilipendie quem discorda.....	321
	3. Lembre-se de que os adversários de hoje podem se tornar os aliados de amanhã.....	321
	4. Apele para a maioria sensata	323
	5. Seja solidário com outros opositores da síntese de identidades... ..	325
	...mas não se torne um reacionário.....	328
	Como as Organizações Podem Escapar da Armadilha da Identidade.....	329
	O que Perdemos se Cairmos na Armadilha da Identidade ..	333
APÊNDICE		
	POR QUE A SÍNTESE DE IDENTIDADES NÃO É MARXISTA	337
	AGRADECIMENTOS	343
	NOTAS.....	347

Prefácio

O Nervo da Política Contemporânea

“**M**eus filhos podem ser amigos de pessoas brancas?”, estampava o título de um artigo no *The New York Times*, em novembro de 2017. Seu autor, um professor da Yeshiva University, chamado Ekow N. Yankah, debita boa parte de sua “suspeição” à eleição de Donald Trump, no ano anterior, e diz que irá ensinar a seus filhos “desconfiança”. E que, “muito mais cedo do que pensei, terei que discutir com meus meninos se eles podem realmente ser amigos dos brancos”. O texto do professor Yankah não é um fato isolado, ou alguma ideia excêntrica. Ele vai em linha com o que se passa em boa parte da América corporativa. Mounk menciona, em seu livro, um treinamento “antirracista”, dado pela Coca-Cola, apelando para que as pessoas tentassem ser “menos brancas”, o que significaria, segundo o manual do curso, ser “menos opressivo”, “menos arrogante”, “menos ignorante”, e por aí afora.

A Armadilha da Identidade é antes de tudo um manifesto de incômodo, com essas ideias. Logo na abertura do livro, ele faz um relato algo brutal sobre as novas formas de segregação “positiva” que vêm se tornando comuns em cidades, escolas e universidades, em especial nos Estados Unidos. No estado de Nova York, “o Departamento de Saúde sugeriu que os médicos prescrevessem medicamentos escassos como o Paxlovid para membros de grupos étnicos minoritários”, mesmo que tivessem menos de sessenta e cinco anos e não sofressem de doenças preexistentes”, relata Mounk. “Cidadãos brancos, em

idênticas condições, as diretrizes eram claras, não devem ser considerados uma prioridade”. Contar essas histórias, pouco a pouco, permite a Mounk desenhar um amplo painel em torno dos temas identitários, em nossas democracias. As histórias produzem desconforto. E a partir daí se desenha, com algum cuidado, o esforço reflexivo.

O primeiro passo é dizer, simplesmente: há um problema. Não se trata apenas de retórica, nem tampouco de um problema anedótico, feito de um punhado de excessos e situações variadas, em escolas, universidades e empresas em que se passou do ponto. As histórias atendem também a uma estratégia: Mounk sabe que dialoga com um leitor eventualmente cético ou relutante em relação a esses temas, e por isso avança lentamente, ilustrando cada um de seus argumentos. O livro parece se dirigir a um leitor preferencial: ativistas, intelectuais e simpatizantes da esquerda. Pode ser um jovem universitário seduzido por alguma vertente *woke*, um progressista mais tradicional, interessado em compreender o que se passa na esquerda atual. Ou ainda um profissional das áreas de diversidade, equidade e inclusão, nas empresas e organizações, que direta ou indiretamente, fazem avançar a pauta identitária, por vezes sem muita informação sobre sua natureza e sua história recente. De um modo geral, Mounk parece dizer o seguinte: “eu venho da tradição da esquerda, compartilho muitos de seus valores, entendo as demandas e frustrações das pessoas que hoje conduzem movimentos identitários. Apenas não concordo com os fundamentos de sua visão política e penso que seus resultados serão desastrosos”.

Mounk busca um conceito unificador para o que entende ser um problema central da democracia atual. Ele poderia adotar a expressão *woke*, mas sugere que ela terminou politicamente contaminada. Sua pretensão é buscar um conceito que possa aproximar os campos em disputa, e a partir daí define sua “síntese de identidades”. A ideia de síntese sugere uma dimensão temporal. Há um conjunto de ideias, originárias da crítica ao marxismo, no universo da esquerda, o pós-modernismo, as teses sobre a “descolonização” e a evolução crítica sobre os limites do movimento pelos direitos civis, que em um certo momento ingressam no *mainstream* da cultura. Na vida das

universidades, empresas e no debate público mais amplo. Sua linha de força é amplamente conhecida: a identificação dos temas de gênero, raça e orientação sexual não apenas como centrais na vida social e política contemporânea, mas como base normativa para a formulação de políticas públicas e redesenho de organizações privadas.

Em que momento, exatamente, a esquerda teria dado sua virada, abandonando o foco nos temas tradicionais da “luta de classes” e da “construção do socialismo? Uma via, diz Mounk, refere-se à crítica de Foucault às estruturas binárias de poder e ao que se convencionou chamar de “grandes narrativas” da modernidade. Socialismo e capitalismo liberal aí incluídos. O aspecto mais interessante, porém, talvez venha das mutações do pensamento negro americano, no período posterior à afirmação dos direitos civis. Mounk amplia sua lente sobre um personagem central nesse processo, o professor e ativista Derrick Bell. Sua trajetória marca precisamente essa transição do movimento pelos direitos civis à abordagem identitária muito mais ampla, e sem dúvida muito mais radical, na visão de Mounk, pautada pelo que hoje conhecemos a partir dos conceitos da teoria crítica da raça. Bell foi originalmente um advogado associado à NAACP (National Association for the Advancement of Colored People), concentrando sua ação na disputa jurídica nos estados em favor da dessegregação das escolas. Com o tempo, passou a uma visão crítica dos próprios pressupostos da luta pelos direitos civis. A ideia de que haveria uma promessa não plenamente cumprida no desenho da nação americana, feito pelos pais fundadores, e que de algum modo completa essa tarefa, seria o principal desafio histórico enfrentado pelos movimentos civis. Na visão de Bell, o problema era bastante mais complicado, situando-se o racismo como “um componente integral, permanente e indestrutível” da formação americana. A essa visão acentuadamente mais crítica somava-se uma leitura menos otimista sobre o atual momento americano, meio século após os direitos civis. A ideia de que “barreiras de cor podem ser hoje menos visíveis” do que foram no passado, “mas isso não significa que elas são menos reais, ou menos opressivas”, do que à época do reverendo Martin Luther King. Vai aí o que Mounk chama de “pessimismo orgulhoso”, e que funcionaria como uma das bases de sua

síntese de identidades. Visão distinta, nesse plano, seria apresentada por Barack Obama, em seu histórico discurso nos 50 anos da Marcha de Selma, dizendo que “prestamos um desserviço à causa da justiça quando sugerimos que o preconceito e a discriminação são imutáveis, que a divisão racial é inerente à América. Se você acha que nada mudou nos últimos 50 anos, pergunte a alguém que viveu na Selma, na Chicago ou na Los Angeles da década de 1950”. A fala de Obama sintetiza muito da abordagem sugerida pelo próprio Mounk. A visão da “grande promessa” da democracia americana e sua realização progressiva, e por certo sempre incompleta. Uma visão cuja ênfase se coloca menos sobre o conflito e a “exclusão estrutural” e mais sobre valores compartilhados e a busca sempre renovada por novos consensos. O avesso da síntese identitária. De um modo geral, o recado de Mounk é: a visão moderada e gradualista de Obama perdeu o jogo, na última década. Mas ele acerta, fundamentalmente, e é preciso resgatar suas lições.

Mounk conta a história de seus pais e avós. Sua experiência trágica com o tema da segregação racial, suas decepções com a velha esquerda e a conversão para a moderna social-democracia. Desse longo aprendizado ele extrai, e faz questão de deixar clara, sua própria identidade política. “Estar à esquerda era acreditar que os seres humanos são igualmente importantes, independentemente do grupo a que pertencem; que deveríamos procurar formas de solidariedade política que transcendam as identidades de grupo enraizadas na raça ou na religião”. A partir daí fará sua defesa dos “ideais universais como justiça e igualdade”. Seu livro, em última instância, opõe dois modelos: de um lado, o universalismo de direitos. A ideia de que todos, indistintamente, devem ser tratados com isonomia. E que medidas de justiça, transferências ou suportes de qualquer tipo devem ser aportados a partir de critérios que não distingam grupos específicos de identidade, mas a partir das necessidades ou carecimentos das pessoas. Algo próximo à crítica feita por Mark Lillá, em *The Once and Future Liberal*. De outro, as teses que ele associa a um “separatismo identitário”, cuja visão se orienta precisamente para a quebra das regras e valores universalistas.

“Não se transforme em um reacionário”, recomenda Mounk. Isso pode significar muitas coisas. Entre elas, reconhecer que há demandas

históricas bastante reais que inspiram movimentos identitários. Há injustiças ainda hoje cometidas, e há um imperativo de justiça a ser perseguido. O ponto é que o separatismo identitário é um mau caminho para que isso seja feito. “Ao se colocarem identidades étnicas ou culturais em um pedestal”, diz, “encorajam-se as pessoas a valorizar seu grupo acima dos direitos dos demais ou dos valores da solidariedade humana.” O resultado é a conversão da interação social em um jogo de soma zero entre diferentes grupos de identidade. Um segundo aspecto trata da perspectiva crescente e sombria de um amplo contingente de pessoas “sem identidade”. Pessoas são diversas, podem viver segundo traços muito distintos de autorrepresentação. Isso envolve crenças religiosas, visões de mundo, pertencimento cultural ou nacional e uma infinidade de traços éticos e estéticos. Há ainda o problema das identidades destinadas à “não expressão”. A igualdade de consideração é um valor entranhado no coração da tradição moderna. Simplesmente não seria plausível, em nossas sociedades marcadas pelo “fato do pluralismo”, imaginar que certos grupos de identidade devam merecer sistematicamente um tratamento diferenciado, seja no plano dos direitos, seja no plano mais geral do reconhecimento social.

Há uma premissa epistemológica na base da síntese identitária. A ideia de que há um tipo de conhecimento apenas alcançável, ou quem sabe “legítimo”, se partir de pessoas ou grupos que compartilham certas identidades. Mounk enxerga aí um reflexo distante das relativizações e do ceticismo pós-moderno com as “grandes narrativas”. O que não deixa de ser paradoxal. Por um lado, a relativização. O conhecimento que advém de um “lugar de fala”. Ato seguinte, o giro dogmático. A visão de mundo que nasce de uma relativização passa a funcionar, ela mesma, como a “grande narrativa”. Surgiria aí um evidente problema de representação. Mounk é particularmente crítico e lança mão de alguma ironia, aqui. Mesmo que os integrantes de “grupos privilegiados” aceitassem se comportar acriticamente, aceitando o conhecimento advindo da “experiência” dos grupos marginalizados, e mesmo que resolvessem aderir e replicar suas agendas, restaria o problema sobre “quem eles deveriam considerar uma verdadeira voz negra ou parda ou muçulmana ou queer”, provoca. Com o detalhe de

que “muito provavelmente, cada um definirá como porta-vozes legítimos aqueles com os quais suas próprias visões políticas coincidem”. Mounk cita o exemplo da representação negra no Congresso norte-americano. Há parlamentares em uma posição bastante à esquerda, há parlamentares moderados e vozes negras conservadoras. Todos com forte apoio em suas comunidades e buscando falar em nome das pessoas que compartilham de sua identidade.

Um dos aspectos mais interessantes da tese de Mounk diz respeito ao que ele chama de “marcha para as instituições”. A ideia de que os temas da síntese identitária, antes basicamente restritos ao espaço acadêmico e do ativismo, foram gradualmente ampliando seu raio de influência. Seja sobre o mercado, o jornalismo ou nos chamados meios de opinião. Isso acontece, em parte, pelo simples fato de que a nova geração de jovens formados pelas universidades americanas, com sua forte cultura identitária, ingressou no mercado de trabalho. Há, igualmente, o peso das redes sociais. Mounk exemplifica esse fenômeno com as histórias do Tumblr, primeiro, e depois da revista digital *Vox*, e sua afirmação como hubs digitais da cultura *woke*. O aspecto central diz respeito a como o conteúdo digital é acessado e compartilhado. “Os utilizadores das redes tendem a seguir pessoas por critério de afinidade, especialmente em dimensões como antecedentes culturais e orientação sexual”. Isso incentivou uma mecânica de “seleção pela capacidade de engajamento”. Simplesmente se tornou confortável falar para uma audiência cativa, assegurando que um certo conteúdo seja compartilhado por tribos de afinidade, na internet. Um tipo de seleção adversa, que premia não os melhores argumentos, ou ao menos algum senso de equilíbrio e moderação, mas a estridência. Uma enorme engrenagem que sistematicamente desincentiva conteúdos reflexivos em favor de matérias de “combate”, capazes de mobilizar seguidores e ativistas digitais.

A síntese identitária, segundo Mounk, alcança seu canto de cisne com um argumento perfeitamente falacioso, apresentado em um dos grandes best-sellers norte-americanos de 2020, *Fragilidade Branca*. O argumento apela a uma espécie de falácia do ônus da prova, sugerindo que “se você é uma pessoa branca, nos Estados Unidos” [...] você

é um racista, pura e simplesmente”. O argumento carrega um certo apelo emocional e se fundamenta em uma coleção de frases de efeito e recortes da vida norte-americana, ao final, diz Mounk, termina como uma tese perfeitamente não falseável, no sentido popperiano. A tese segundo a qual “todos os brancos são racistas. E se você discordar, isso apenas prova o quão racista você é”.

A Armadilha da Identidade toca no nervo da política contemporânea. É tanto uma obra de investigação história como um texto de intervenção política. Ao final, há um apelo bastante explícito para que a síntese identitária seja combatida pelos intelectuais, líderes públicos e empresariais. Mounk deseja afetar, de algum modo, o destino que nossa cultura e nossas democracias darão ao tema identitário. A escritora Zoe Williams, no *The Guardian*, talvez tenha dado a senha de uma das críticas mais constantes ao livro. A ideia de que “Mounk procura examinar a armadilha identitária e sua fuga isoladamente, sem contexto”. E explica: “é como se Elon Musk e o Twitter e Donald Trump e a insurreição do Capitólio nunca tivessem acontecido”. Ela parece dizer: “O.k., é possível que existam exageros, aqui e ali, nos movimentos e políticas de identidade, mas a verdade é que o momento é impróprio”. Nesse prisma, a correção de injustiças históricas justificaria a quebra de certos valores universalistas, mesmo que isso produza alguns efeitos colaterais indesejáveis. Isso além do fato de que, nesse exato momento histórico, travamos uma guerra surda sobre o destino de nossas democracias. Há gente inaceitável circulando por aí, e é preciso rever algumas de nossas antigas crenças sobre valores liberais e democráticos. É possível que Williams, em sua crítica, termine por cometer o mesmo pecado que atribui a Mounk. O vezo de reunir fragmentos de nossa vida política, como a invasão do Capitólio, misturar com um punhado de personagens controversos, como Musk e o empreendedor serial Peter Thiel, e a partir daí extrair suas conclusões. Quem teria razão nesse debate? Não há, nem pode haver, uma resposta definitiva a uma questão como essa, pois se trata, em última instância, de uma disputa sobre valores.

Mounk alinha-se entre um crescente universo de intelectuais que percebe a fragilização de um valor essencial em nossas democracias

liberais: a liberdade de expressão. “Ao invés de vivermos com medo de extremistas”, diz, “deveríamos confiar que podemos combatê-los sem abrir mão do direito à liberdade de expressão.” Nesse tema, é evidente sua cisão com a esquerda identitária, e sob certo aspecto com os movimentos de esquerda, em geral. “Uma ampla parcela da esquerda americana se tornou abertamente contra o ideal da livre expressão”, diz Mounk. Mesmo instituições tradicionais na defesa dos valores da Primeira Emenda, como a ACLU, que cumpriram um papel histórico em casos como *Brandenburg vs. Ohio*, em 1969, flexibilizaram a defesa de seus princípios em favor da defesa da agenda “progressista”. Mounk lamenta essa virada e fundamenta sua visão em uma defesa de valores liberais clássicos e na cultura que sustenta a Primeira Emenda. Não por acaso, recorre a Mill. De um lado, diz, seria um erro imaginar que uma certa geração possa estabelecer certos valores e proposições como verdadeiros, e a partir daí banir sua contestação, mesmo em se tratando de ideias tidas a cada momento como absurdas e sem sentido. É perfeitamente possível que, em duas ou três gerações, muito do que hoje consideramos ideias bem estabelecidas seja visto como ultrapassado. Porque esse é o movimento da vida. A vida como “experimento”, na conhecida expressão de Oliver Holmes na decisão de *Abrams vs. Estados Unidos*, em 1919. Vem aí o segundo argumento clássico de Mill, enfatizado por Mounk, sustentando que a garantia do direito ao erro, à expressão das ideias “inaceitáveis” e “absurdas”, cumpre a função de manter a verdade sob pressão. De evitar que ela se transforme em algum tipo de dogma ou “formulário”, na expressão usada por Mill. Afora isso, a garantia do direito ao erro seria, em última instância, a única forma de preservar um critério que todos nós prezamos.

O que Mounk propõe, aí, é o projeto de uma esquerda iluminista. Uma esquerda que incorpora plenamente valores universalistas originários da grande tradição liberal, da qual ela mesma faz parte. Os princípios do que ele chama de “liberalismo filosófico”, cujas ideias de respeito à autonomia e à liberdade individual, a isonomia diante da lei e o livre pensamento formam a base sobre a qual se erguem as sociedades que de fato produziram equidade e as melhores perspectivas de emancipação humana, na era moderna. Vivemos em uma época de

polarização política aguda. As guerras culturais dão o tom da vida políticas e um difuso desejo de controle da opinião parece estar na ordem do dia. Mounk navega contra a correnteza, com este livro instigante. E com isso cumpre, com indiscutíveis elegância e erudição, o melhor papel que cabe a um intelectual público, em nossa cultura.

FERNANDO SCHÜLLER

Doutor em Filosofia (UFRGS) e Professor do Insper

AMOSTRA